Certifico em fé do que estes autos vai a verba o dito Procurador, como adiante mostrarão. V.ª de S. José 16 de 7.bro de 1852

Francisco Alves Cabral

Nº 3 (Dito) 1$200 rs.

Fica averbado ao termo de mil e duzentos réis de S. José 16 de Novembro 1852

Nereo

Conclusão

Aos vinte e seis dias do mez de Novembro de mil oitocentos e cincoenta e dous annos n'esta Villa de S. José na Audiencia do Juiz de Direito Dr. Manoel Joaquim Fernandes Thomaz, em meu Cartorio fiz estes autos conclusos ao Juiz dos Capellas e Resíduos João Francisco Coutinho, e para constar fiz este termo eu Francisco Alves Cabral Escrivão dos Capellas e Resíduos que o escrevi.

Cabral

Vistos

Não constando do auto que a menor Isabel de tal anno, filha de Joaquina Escrava de Manoel Joaquim Fernandes Thomaz exhibe o preço da alforria que lhe dá o Curador de herança, dou esta sua para preencher as formalidades, em que se acha de que

de que já exhibe mal[illegible] avisado
o declare, indicando o fim da Declaração alterno com autos, pois que
pelo Art.º 24 do Regulamento de
9 de Março de 1842, ao Curador
compete arrecadar e embargar os
Cofres publicos com o producto liqui-
do da herança, dos bens arrecada-
dos &. Finde o dito despacho, volte
a conclusão, para dé então poder
ser o mesmo adjudicado ao arre-
matante. Villa de S.ta José 27
de Novembro de 1852.

Souza

Publicação

Aos vinte sete dias do mez
de Novembro de mil oito cen-
tos e cincoenta e dous nes-
ta Villa de S.ta
José na Audiencia que faz
o Juiz de Direito da Provincia de Santa
Catharina, em Publica
Audiencia que na Sala
das Audiencias da Camara
Municipal faz o Doutor
Juiz de Direito da Comarca
perante as Testemunhas
abaixo nomeadas, e Procu-
radores dos Auctores e Reos
Capitão Antonio João Fran-
cisco de Souza, aonde
ahi pelo dito Juiz foi dito
que sendo chegado o dia
designado para arrematação
dos bens pertencentes ao
Evento, e Delegado do Procurador Fiscal
da Thesouraria do Evento
do Thesouro, e Juiz do Evento
do Juizo, e para constar
faço este termo em que

d'Oliveira Lemos e Escrivão dos Disp.tos que este escrevy

S.to Ant.o Lisb.a

Tendo Manoel do Nascim.to Ramos, arrematante da escrava Rosa, de que se trata nestes autos; aguantia de 350$000 r. digo autos exhibido aguantia de 350$000 r., produto d'arrematação: o mesmo Nascimento, como procurador de seus herdeiros do finado Joaq.m Ant.o de Mello, Credores do referente meu Curado, levantado por mandados deste juizo aguantia de quatro centos sessenta seis mil e sete centos r.; bem como Francisco das S.tos Ramos, tambem por mandado deste juizo levantou aguantia de trezentos mil reis centos e trinta e cinco r.; fazendo ambas as aguantias a total de duzentos quarenta e sete mil seis centos e trinta e cinco r., e existe em meu poder de resto aguantia de cento e dous mil trezentos e sessenta e cinco r., da qual requeiro ao Snr. Juiz, que na forma da lei se sirva mandar me pagar avicetina, ordenando o Snr. Juiz ao Escrivão do Cofre publico respectivo.

E. R. M.

Joaquim Fran.co d'Assis e Lopes.

em meu cartorio que bem verdadeiramente sem
dolo ou malicia declarasse, se alem das terras ja
apprehendidas constantes dos autos lhe constas-
sem outros bens que pertencessem ao ausente, e que mais
declarasse o que soubesse a respeito da naturali-
dade, idade, estado, e filiação do ausente. Re-
cebido por elle o dito juramento, de baixo do qual lo-
go declarou, que nenhuns outros bens sabia mais
nem haviam pertencido ao ausente, a
bem das terras ja apprehendidas e de que acima fi-
cou feita menção, idade, estado, e filiação como dito
fica, só sabia por haver dizer que era o dito au-
sente natural desta cidade de São João, e ignorando o seu
nome, idade, estado e filiação, pois que a muitos annos
se tinha ausentado, e nunca mais delle tivera
noticia alguma, que houvesse dizer que alem das
terras apprehendidas houvesse de ausente, mais bens
saberá que não houvesse mais que dizer. E que pela data
dar mandou o Juiz fazer este termo, que assignou
com a testemunha Testamento Manoel d'Oliveira
Guimarães, bem visto e de que eu escrivão

Silva Rannalho

Manoel [illegible] Oliveira

Conclusão

Logo fiz este termo conclusão ao Doutor Juiz de
Orphãos Joaquim da Silva Rannalho: do que fiz
este termo. Testamento Manoel d'Oliveira Guima-
rães, Escrivão de orphãos que o escrevi.

Idem

Appareça-se editaes na forma ordi-
nada pelo artigo 32 do Regulamento
que baixou com o Decreto nº 2433 de
15 de Junho de 1859. pelo espaço de
trinta dias. S. João, 27 de Novembro
de 1866

Silva Rannalho

Auto

Aos vinte sete dias do mez de Novembro do anno de mil oito centos e sessenta seis, nesta cidade de São José, nas casas do Doutor Juiz de orphãos Joaquim da Silva Ramalho, aonde eu Escrivão adiante nomeado vim, ahi por elle Juiz me foram dados estes autos com o seguinte despacho retro: de quinta feira em termo. Eu Francisco Xavier d'Oliveira Camara, Escrivão dos orphãos que o escrevi ...

...

...

Certifico em cumprimento do despacho retro que hoje vinte e sete de Novembro da presente data findarão todos os actos determinados no artigo 32 do Regulamento que baixou com o Decreto nº 2433 de 15 de Junho de 1859, e findarão os 30 dias de audiencia sem reclamação alguma. Dou fé. S. José 31 de Dezembro de 1866

Fo. 1º
Fica averbado o sello de 500 rs. de sello fixo, do recibo, custas e sua pagou afinal.
Camara

Francisco Xavier d'Oliveira Camara

Conclusão

E logo fiz estes autos conclusos ao Doutor Juiz de orphãos Joaquim da Silva Ramalho de quinta feira em termo. Eu Francisco Xavier d'Oliveira Camara, Escrivão dos orphãos que o escrevi

Vistos

Visto ao Collector. S. José, 31 de Dezembro de 1866

J. Ramalho

Auto

Aos vinte hum dias do mez de Dezembro do anno de mil oito centos e sessenta seis, nesta cidade

cidade de São Jerônimo casas da residencia do Doutor
Juiz dos orphãos Joaquim da Silva Ramalho,
aonde eu escrivão abaixo nomeado vim, ahi por
elle Juiz me foram dados estes autos com despa-
cho retro: do que faço este termo. Eu Francisco Xa-
vier d'Oliveira Camara, escrivão dos orphãos que escrevi

Vista

No mesmo dia mez e anno declarados no termo retro
eu supra summo cartorio faço estes autos conclusos
ao Collector das Rendas Geraes Arrecadador Lopes Gordi-
do que faço este termo. Eu Francisco Xavier d'Oli-
veira Camara, escrivão dos orphãos que escrevi

Vista ao Collector

Não tendo apparecido reclamação alguma sem em-
tanto que exista interessado na successão dos bens
arrecadados, a juizo das deligencias feitas, me parece
que estão no caso de serem julgados vacantes e devol-
vidos ao Estado na fórma do Art. 57 do Regt. que baixou
com o decreto nº 2433 de 15 de Junho de 1859, não
obstante Vossa decidirá como julgar mais conforme
a direito.

Rio 2 de Janeiro de 1864

O Collector Antonio Lopes Gordo

Data

Aos dous dias do mez de Janeiro do anno de
mil oito centos e sessenta e quatro nesta cidade
de de São José, em meu cartorio por parte
do Collector das Rendas Geraes Arrecadador Lopes
Gordo me foram entregues estes autos con-
clusos a fim supra: do que faço este termo. Eu
Francisco Xavier d'Oliveira Camara, escri-
vão dos orphãos que escrevi

Conclusão

Elogo fiz estes autos conclusos ao Doutor Juiz dos orphãos Joaquim da Silva Ramalho: aqui fiz este termo. Eu Francisco Xavier d'Oliveira Camara, Escrivão dos orphãos que escrevi

Vistos

Attendendo ao parecer do Collector, e ao que dispõe o artigo 51 do Regulamento por elle citado; julgo por sentença vacantes as terras, que foram arrecadadas, e constão do auto de fls., e constas as declaradas nos editaes do Estado. E visto que por commum e geral estimação são ellas de pouco valor, usando da faculdade, que dá o artigo 41 do referido Regulamento, mando que no dia 3 de proximo mez de Dezembro do corrente anno, se affixem editaes com o praso de nove dias, para serem as ditas terras arrematadas em hasta publica, independente de avaliação, e por quem mais der, devendo ser o seu valor recolhido aos Cofres publicos, depois de deduzidas as custas, que serão pagas pelas forças dos bens arrecadados. S. Jmi, 3 de Janeiro de 1857.

Joaquim da S.a Ramalho

Data ao juiz publicação

Aos dez dias do mez de Janeiro do anno de mil oito centos e sessenta e sete nesta Cidade de S. João das Lagoas casas de residencia do Doutor Juiz dos orphãos Joaquim da Silva Ramalho, ahi com o Escrivão ao

Documento nº 15
28

Sentença Civel Formal de Partilha Data pelo Juiz de Orphãos Ladislau Pedro Leitão, a requerimento de sua mãi e Tutora Dona Maria Euphemia Gonçalves, como abaixo e ao diante se vê e segue.

O Doutor Antonio Augusto da Costa Bandeira Juiz de Orphãos nesta Cidade do Desterro Capital da Provincia de Santa Catharina por Sua Magestade Imperial o Senhor Dom Pedro Segundo, a Quem Deos Guarde &.

Faço saber a todas as Justiças em geral deste Imperio do Brasil, a quem ante mim for esta apresentada carta sentença Civil Formal de Partilha Data, passada, remettida e extrahida do proprio auto de Inventario Dote e ultimas vontades que baixou com o requerimento e instancias da parte que o pedio, requereo e lhe Deo juramento em forma juridica que declarou em Audiencia apresentado o mesmo auto Direito conhecimento delle, com direito directamente dar e dahi de fazer e passar e com effeito Mandou fazer este proprio e inteira execução delle, e pedio, alleguem e requereo por quantos meios, formas

forma, maneira, titulo, documento
ou razão que haja ou possa haver com di-
reito melhor lugar haja. E para todos
a todo em geral e cada um em par-
ticular em seus respectivos juizos
e jurisdições, comarca e distrito em com-
muta Vila de Do Desterro, Capital
da Provincia de Santa Catharina
no Juizo de Orphãos d'este termo
de Vara, autuar, ordenar,
processar, comarcar e julgar as
ditas devidas termos até final sul
mente serem julgadas sentenciadas
e com auto de inventario par-
tilha dos bens que ficarão por fal-
lecimento de Domingos Gonçalves
Leitão, logo foi sinuadamente a
viuva Dona Maria Euphrasia Gon
çalves, em cujo auto seus termos
vio e mandou logo de seu juizo
por esta a autuação do theor ofe-
recimento seguinte. Aos [illegible] contos
oitenta sete - fallecido o - Juiz
de Orphãos da Vila de Do Desterro,
Capital da Provincia de Santa

de Santa Catharina = Inventario =
Domingos Gonçalves Leitão = patheio =
Pardo Escrivão Euphrasia Gonçalves,
sua mulher = Inventariante = este
Juizo = e Autuação = e Anno Nas-
cimento de Nosso Senhor Jesus
Christo de mil oito centos setenta
sete, aos dez dias do Mez de Outubro, capital
da Provincia de Santa Catharina
em meu cartorio aonde eu Escrivão
comigo fui vindo a petição
com seu despacho da requerente Dona
Maria Euphrasia Gonçalves, que
adiante se segue, e logo para em
tal feito se proceder de autuação.
Eu José de Oliveira Santos Lara
bar de Orphãos escrevente que o
escrevi. Nada mais nem menos
se continha e declarava em a dita
petição, depois da qual é a
dias dias se não a petição inicial
do theor e forma seguinte = Illustrissimo
Juiz de Orphãos.
Diz Euphrasia Maria Gonçalves, que
pretendendo meter Inventario de seu ma-
rido Domingos Gonçalves Leitão, de-

deixando um filho menor, vem requerer o juramento de inventariante e requer a bona dotoria autoria de seu dito filho, e que citado o curador Geral dos orphãos na primeira audiencia se lavre com o supplicante em avaliadores, e que finda o inventario seus termos até final. Pede a bona Justiça de Direito deferir. Espera Receber Mercê. Pinheiro, nove de Julho de mil oito centos oitenta e quatro. Maria Euphrasia Gonçalves. Nada mais nem menos se continha e declarava em a dita petição á mesma que me reporto e dou fé. O Escrivão do Juizo o escreveu. Vistos. Julgo a viuva requerente, Maria Euphrasia Gonçalves, inventariante e tutora de seu filho menor, e que como tal preste o juramento de lei. Custas pela viuva. P. R. e M. Pinheiro, nove de Julho de mil oito centos oitenta e quatro. Antonio Joaquim Ribeiro Bandeira. Dep.to Procedi ao inventario na forma requerida, lavrei o termo de juramento que acaba de prestar a supplicante, a qual deu por termos descripção dos bens, por ella enunciados, no preço curador do menor ao Cirurgião Joaquim Augusto do

3

do Lançamento, que junto á pe-
tição, a Supplicante habilita-
se na forma da Lei para ser tutora
de seu filho. Centeno, anno de nas-
cimento de mil oito centos oitenta e sete.
Costa Barradas. E nada mais nem
menos se continha e declara-
va em o dito despacho exarado
na referida petição, e certidão tran-
scripta, dispais do qual á folha
duas verso acha-se o titulo
de herdeiro, cujo theor é da manei-
ra e forma, digo vê o auto de
inventario e juramento a inven-
tariante cujo theor é da manei-
ra e forma seguinte. = Auto de
de Inventario e juramento = Anno Nascimento
do Nascimento de Nosso Senhor Jesus
Christo de mil oito centos oitenta
e sete aos vinte dias, aos nove dias do
mez de Julho do dito anno, em casas de
residencia do Doutor Juiz Orphãos
Antonio Augusto da Costa Barra-
das, onde eu Escrivão de seu cargo fui
vindo, ahi presente Dona

Joana Maria Euphrasia Gonçalves
moradora nesta cidade á rua do
Principe, aquem o Juiz Deferio o jura-
mento dos Santos Evangelhos em
um Livro d'elles em que poz sua
mão direita, sobre cargo do qual lhe
encarregou que bem verdadeiramen-
te sem dólo, malicia ou má fé fizesse
se de inventariante dos bens do casa-
timento conjugal por fallecimento de seu
marido Domingos Gonçalves Leitão Fan-
do os descripta, assim como di-
nheiro, prata, ouro, joias, divi-
das activas e passivas, e dia, mez e an-
no em que fallecêo seu dito ma-
rido e de que fez este termo em
elle, e quantos filhos deixou que
sejão seus legitimos herdeiros, pa-
seus nomes idades, estados e re-
sidencias, tudo sob pena de per-
jurio e sonegados. E acceito por
ella o dito juramento assim
prometteo cumprir. e disse que
que seu marido fallecêo no dia
dez de Junho do corrente anno, sem

sem testamento, deixando um filho
seu unico herdeiro, cujo nome, vida
de e residencia declarará no titu-
lo de herdeiro expectativo; do que pa-
ra constar mandou o Juiz lavrar este
termo que assignou com a dita in-
ventariante. Eu José de Miranda San-
tos, escrivão que o escrevi. = Carta Bar-
radas = Maria Euphemia Gonçalves.
Nada mais nem menos se continha
e declarava em o dito auto de inven-
tario e juramento, depois do qual de-
preste o titulo de herdeira, cujo
theor é da maneira e forma seguinte.
= Titulo de herdeiro = Digo eu escri- P. de Leon.
vão ao termo retro pela inventariante
foi declarado os nomes da herdeira
pela maneira seguinte: = Herdeira ella
inventariante Dona Maria Euphe-
mia Gonçalves, menor sob a tutela do
Principe = filha: Catharina Pedro
Leitão que tem nove annos de ida-
de, menor com ella inventarian-
te sua mãi nesta cidade a tutela
do Principe. E para ser tudo como lav-

houve por declarado o nome, idade,
estado e residencia do herdeiro; do
que para constar lavrei este termo
em que assignou. Dr. José Antonio
da Santos Pereira de que o escrevi = Ma-
ria Euphrasia Gonçalves. Logo mais
nesse mesmo se continha e declarava
em o dito titulo de herdeiro. Depois
do qual á folhas vinte duas vê
o termo de encerramento do theor e
Encerramento = forma seguinte = Termo de declara-
ção pela o encerramento. Logo em
seguida ao termo retro escripto foi
pela inventariante dito e declarado
que tinha dado a escripta todos os
bens, dividas activas e passivas
do seu extincto casal, protestando
declarar quando tivesse de encerrar
o inventario para as partilhas os
alugueis das casas inventariadas
e alcance que tivesse de pagar das
casas e taxa de escravos, e mais
que lhe viesse a noticia, do que
para constar lavrei este termo que
assignou. Dr. José Antonio Pereira

Santos, e eu escrivão que o escrevi. = Maria Euphrasia Gonçalves. E da mais nem menos se continha e declarava em o dito termo de encerramento, depois do qual a folhas trinta e nove se vê o despacho de deliberação da partilha com a seguinte igualdade, citadas as partes. Separe-se bens para pagamento das dívidas reconhecidas. Outrossim, aos de Setembro de mil oito centos setenta sete = Costa Bandeira. Em tempo, quanto as dívidas faça-se o calculo do quanto deve pelos inventariante. Ha supra. = Costa Bandeira. E da mais nem menos se continha e declarava em o dito despacho, depois do qual a folhas quarenta verso se vê o auto da partilha, cujo teor é da maneira e forma seguinte: = Auto da Partilha = Auto de partilha de herança de Manoel Santos Pinto Falecido de mil oito centos setenta e sete, nesta Cidade de São Paulo, aos quinze dias do mez de Setembro do dito anno, em casa de residencia

da residencia do Meritissimo Juiz
de Orphãos Doutor Antonio de Magal-
hães da Costa Barradas, onde eu Es-
crivão de seu cargo, fui vindo, ao
diante nomeado, e sendo ahi pre-
sente o partido dicto Juiz João Tor-
cio da Silveira, a quem o Juiz ahi de-
nou debaixo do juramento de seu
cargo procedesse a partilha do presente
Inventario, o que assim prometteo
cumprir; do que para constar man-
dou elle Ministro Deputado este au-
to em que assignou com o partido
Dor. Ri José de Miranda Santos, te-
stemunhas que o viram. = Costa Barradas.
João Torcio da Silveira. Nada
mais nem menos se continha e
declarava em o dicto auto de par-
tilha, depois do qual se nelle o cre-
dito da mesma, cujo theor e forma
Credito = meira forma he seguinte. = Credito =
Dom por o partido de todos os bens con-
stantes de folhas dezenove a vinte
hum, e sobre importa á quantia
de duzentos contos quinhentos

quinhentos e dois mil reis, com o que
mandou o Ministro saber. = Ficou 19:506$000
mais o partido que a dívida activa
constante da folha vinte uma im-
porta na quantia de sete contos seis
centos setenta e dois mil cento e
trinta e dois reis, com o que mandou
o Ministro com o partido se sa-
bia ficou mais o partido que o dinheiro 7:672$132
liquido existente, constante da fo-
lha cinco tres verso importa na
quantia de sete contos um mil reis,
com o que mandou o Ministro saber. Somou 7:001$000
o partido estas tres parcellas, cada
uma importa o montamó na quantia
de vinte sete contos duzentos e qua-
renta e nove mil cento e trinta dois 27:249$132
reis, com o que mandou o Ministro saber.
ficou mais o partido que adi-
cta parcella, constante da folha
vinte uma verso e vinte duas im-
porta na quantia de oito centos
e oitenta e quatro mil oito centos
e vinte reis, com o que mandou
saber = ficou mais o partido 884$820

achar mais o partido que deduzirão esta quantia da dita dívida passiva, ficando sendo a monte mór da quantia de vinte seis contos trezentos e noventa e quatro mil quinhentos e doze réis, como que mandarão tirar = e achar mais o partido que a meação da mesma importa na quantia de trez contos cento e oitenta e dois mil cento e cinco- Meação = centos réis, com o que mandarão tirar = e achar mais o partido que toca de legítima a cada um herdeiro filho a quantia de trez contos cento e oitenta e dois mil cento e Legítima cincoenta e seis réis, com o que mandarão tirar. E por esta forma houve-se ele dito ministro com o partido esta conta por bem feita, e mandou que na forma d'ella fossem os bens adjudicados aos seus respectivos pagamentos, do que para constar mandou ele dito ministro lavrar este auto de que assignou com o partido. E por não haver mais cousa alguma se findou este

2

marcado que o escrev.: = Costa Bar-
radas = João Moreira da Silveira. Nada
mais nem menos se continha dita
sua em o dito pagamento, cujo con-
teúdo, depois do que dá folhas quarenta
e seis verso a quarenta e sete deste
o pagamento feito a legítima do
herdeiro Ladislau Pedro Leitão, cujo
teôr é da maneira e forma seguinte: =
Pagamento a legítima do herdeiro Laz. to.
Ladislau Pedro Leitão: Lançou dito
Ministro com o partidor para paga-
mento da legítima deste herdeiro pi-
lho unico, a quantia de hum conto
cento e oitenta e dois mil cento e
cincoenta e seis reis, do que dado
fé na maneira e forma seguinte: Ha-
verá primeiramente hum sitio pagamento
uma morada de casas, sita á rua do
Principe desta Cidade, numero
sessenta e cinco (65), fazendo de frente
e mesma rua, e fundos a rua da Ti-
gueira, entrando pelo lado do Sul
com a rua das Flores, e pelo lado
do Norte com terras do finado

do finado João Ignacio, avaliada
por oito contos de reis, com o que mon-
8:000$000 tarão saber. = Haverá mais em seu
pagamento uma morada de casas
sita á rua do Visconde desta ci-
dade, numero sessenta e nove (69)
onde faz frente, e fundos a rua da
Ladeira, entestando pelo Leste com
casas do capitão Manoel Lopes, e pelo
Oéste com Anastacio Monteiro,
avaliada em seis centos mil reis, com
600$000 que mandarão saber. Haverá
mais em seu pagamento uma
morada de casas sita a rua da
Ingueira, numero vinte e seis, on-
de faz frente, confrontando pelo
Leste com José Floriano,
e pelo lado do Oéste com Joaquim
Pereira, e pelo Oéste com Alexandre
Luiz Viana, avaliada por tre-
zentos mil reis, com o que mandão
300$000 saber — Haverá mais uma mo-
rada de casas, sita a rua do Lyra,
numero vinte e tres (n.º 23), fazendo
frente a mesma rua, entestando

2

estimado por um lado com casa de
Alexandre Viana, e pelo outro com ter-
reno do herdeiro do fallecido Ma-
noel Martins da Costa, e pelo outro
com Antonio Agonia, avaliada
por quatro centos mil reis, como
que mandaram saber = Haverá mais 400$000
em seu pagamento um par de bois
de geiro, avaliado por quatro
mil reis, com o que mandaram saber. 4$000
Haverá mais em seu pagamento um
Alpinete de gonto antigo, avaliado
em dois mil reis, com o que manda-
ram saber = Haverá mais em seu pa- 4$000
gamento um Alpinete de gonto an-
tigo, avaliado em dois mil reis, com
o que mandaram saber = Haverá 2$000
mais em seu pagamento uma
meia de pau d'arco de lanza,
e quatro de um canto Pa-ris,
com o que mandaram saber = Rs. 1:000$000
verá mais na Divida do herdeiro
do Marques de Abrantes, a quantia
de dois contos oito centos e trinta
oito mil, diz oitenta mil reis

sessenta seis mil e cento e cincoenta e seis reis,
2:836$066 com o que mandaram saber Maria
mais cultivamente em Circulo de
existente quarenta mil e noventa
40$096 reis, e com o que mandaram saber.
E pela dita forma sommou o parti-
dor todas estas nove parcellas
e achou importar á quantia de
tres contos cento e oitenta dois mil
Somma cento e cincoenta e seis reis como
3:182$156 que mandaram saber. E logo o
partidor que fez de legitima ao
dito herdeiro esta dita quantia
de tres contos cento e oitenta e dois
Legitima mil cento e cincoenta e seis reis,
3:182$156 com o que mandaram saber. E logo
elle Ministro com o partidor
ter bem feito este lançamento e dito
herdeiro por intender de sua legi-
tima, do que para constar man-
dou elle Ministro lavrar este ter-
mo em que assignou com
o partidor. Eu José de Miranda
Couto, escrivão que o escrevi.
Couto Rocha Pinto Soares Teixeira

Joaquim Correia da Silveira. Nada mais
nem menos se continha e declara-
va em o dito pagamento, depois
do qual à folhas cincoenta e sete
se vê a sentença que julgou as
partilhas, cujo theor é da maneira
e forma seguinte:= Julgo por sen- Sentença
tença as presentes partilhas,
para que produzam todos os seus
effeitos jurídicos, visto estarem
feitas conforme o direito, com Depo-
sito de Arrematação; pagas as cus-
tas pelo interessado Jovanita
Pereira, e mes de Outubro de
mil oito centos e setenta e sete. Se-
verino Alves de Carvalho. Nada
mais nem menos se continha e de-
clarava em a dita sentença, depois
do qual à folhas cincoenta e oito
e verso se vê a fé de intimação
do theor e forma seguinte:= Cer-
tifico que intimei por carta ao in-
teressado Antonio Manoel Do-
mingues e Maria Euphemia Gonçal-
ves, Paulo Joaquim Siqueira

Augusto do Limmento, como autor
do libelo, e autor Justiça Empregado
para sciencia da Sentença retro, ao
que pouco cumpra-se e apresente
pelo terceiro feriado. Cumpra-se
e notificado o Doutor José Pereira
de Almeida, e para que não alegue
desconhecimento e ignorancia
de parte que a pedido requeira e
se lhe dê e passou em forma
jurídica e juridicamente
virem a ser apresentados os
documentos conhecimento delle
com direito directamente de
ver e haja de haver e pertencer
e convenha o seu devido effeito
plenario e inteira execução
delle, se pedir, allegar e requer-
rer por qualquer via, forma, mo-

emmenda, titulo, documento ou razão que haja ou possa haver em Direito
ou de Justiça: e para segurança
das ditas penhoras onde estiverem os
bens mencionados, e escripto
e declarado, para o dito pagamen-
to que se entregue no termo de
vinte quatro horas, e não fazendo
logo as ditas penhoras onde
estiverem os bens mencionados
e escripto e declarado, para o dito
pagamento que se entregue no
termo de vinte, digo para o dito
pagamento logo as penhoras exe-
cutadas em tanto de seus pró-
prios bens quanto chegarem e bas-
tem para o dito pagamento das
custas que com as execuções de-
ta se fizerem. E logo que penho-
rados forem os ditos bens serão
depositados em poder de um
fiel depositario que se obrigue
a dar elle não dispor nem usar
ou dar em emmenda deste feito,
aja penhora será feita em bens

em bens moveis e semoventes uma
falta d'este no Deposito. Depois
que a execução tiver cabido os
seus devidos effeitos bens serão
os ditos bens postos em praça e ven-
didos ao arrematador por quem mais
der, e do seu producto liquido ven-
dimento será o sobredito Deposi-
tario exactamente pago e sa-
tisfeito de tudo quanto lhe per-
tencer e das custas que com esse
execução d'esta se fizerem. E que
cumprindo e effeito se cumprirão pra
bem do serviço de Sua Magestade
Imperial e Deos Dou Guarde
N. Dada e passada nesta Cida-
de do Desterro, Capital da Provin-
cia de Santa Catharina, aos 16 de
Outubro de 1877 Eu José Ma-
rianno de Santos Escrivão que
subscrevi.

Desterro 16 de Outubro de 1877
José Marianno de Santos

Este
José Marianno de Santos

Mostrou no respectivo Cartorio
Commissão Provincial da Lavoura
do Districto Federal em Outubro de 1879

Pinto

Sr. José 22 de Junho de 1888
Advogados de Fr. Pedro Marcellinos e outros
Francisco Tolentino V. de Souza

— Cotta —

Este documento está sujeito á revalidação, conforme determina o art 33, 1ª parte, do Decreto nº 8946 de 19 de Maio de 1883. S. José - 2 - 5 - 90.

O advogado,
Arthur P. de Mello

— Cotta —

Não está sujeito á revalidação o doc. supra.

Elle foi sellado conjuntamente com outros doc. n'aquella data - e estava junto ao doc. que ora juntamos sob nº 9 - B -

S. J. 10 de Maio 90

O advogado
F. Tolentino

José Honorato de Oliveira Escrivão do Juiso de Paz desta Cidade do Desterro, Capital da Provincia de Santa Catharina &c &c &c.

Certifico que revendo o livro que serve de protocollo das Audiencias deste Juiso de Paz, delle a folhas vinte e duas consta o termo de conciliação do theor seguinte = Audiencia de sexta feira seis de Dezembro de mil oito centos sessenta e sete, que fiz o Juiz de Paz em exercicio o Tenente Coronel Anastacio Silveira de Sousa. Comparece Domingos Gonçalves Leitão, morador nesta Cidade e accusou a citação feita communicou a seu sogro e sogra Anastacio Magnes de Oliveira e Dona Eufrasia Caetana de Sousa, para se conciliarem sobre o pagamento da quantia de cinco centos reis centos e oitenta e dois mil cento e trinta e dois reis (Rs 582$132), que lhe devem por escriptura de divida e hypotheca proveniente de dinheiros emprestados por elle supplicante para pagamento de outros credores dos supplicados, como consta da referida escriptura divida mente registrada tanto no cartorio dos registros dos hypotheca, como no conservatorio do commercio desta Provincia. Apregoadas comparecerão os supplicados, que mutuamente confessarão ser verdadeira a divida requerida e concordarão em fazer entrega de todos os bens hypothecados e constantes da escriptura de trinta de Janeiro de mil oitocentos sessenta e cinco e data de vinte e cinco de Agosto de mil oitocentos sessenta e tres, no cartorio, para que [illegible] fazer [illegible] que [illegible] Juiz [illegible] que

Conciliação.

que particular, que vos judicialmente, para o seu pagamento, tanto do capital como das custas e juros legaes da mora em diante, obrigando-se a pessoa procuração especial ao dito seu genro e credor, a fim de que lhe guie e promova a venda dos ditos bens para seu pagamento, o que foi aprovado pelo credor. E de esta forma houve o Juiz a conciliação por feita, condemnando aos supplicados nas custas. Do que para constar mandou o Juiz lavrar este termo em que assignou com o supplicante, e rogo do supplicado por não saber ler nem escrever assignou Joaquim José Barbosa da Silveira, bem como a rogo da supplicada por também não saber escrever assignou o Alferes Manoel José de Oliveira, ambas a pedido das supplicadas. Eu José Manoel de Oliveira Escrivão que o escrevi e assignei. Anastacio Silveira Domingos Gonçalves Leitão. Joaquim José Barbosa da Silveira. Manoel José de Oliveira. José Manoel de Oliveira. Nada mais nem menos se continha em o dito termo de conciliação excarado no livro respectivo, donde bem e fielmente tirei esta certidão por me ser pedida, e por conferir e achar conforme o original, ao mesmo me conformo em meu poder e cartorio, nesta Villa de Sto Antonio aos cinco dias do mez de Dezembro de mil oito centos sessenta e sete annos. Eu José Manoel de Oliveira Escrivão do Juiz de Paz que escrevi conferi e passei.

A Silveira

José Manoel de Oliveira